

Crescimento, a melhor alternativa

por José Casado
de São Paulo

O cenário da economia internacional no próximo ano não é muito favorável ao Brasil, do ponto de vista da administração de sua gigantesca dívida externa, estimada em US\$ 100 bilhões. A mais prática e melhor alternativa seria uma renegociação estrutural da dívida, obtendo-se dos credores garantias para a retomada do crescimento, sem o qual o País, além de amargar os efeitos de uma profunda recessão, não conseguirá pagar o serviço da dívida.

E o que pensam os economistas Norman Bailey, ex-secretário do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Rudiger Dornbusch, do Centro Europeu de Estudos Econômicos, e George Smolenski, presidente do Banque Internationale de Gestion et Tresourerie — vinculado ao Crédit Lyonnais. Hoje e amanhã, em São Paulo, eles participarão de debates com empresários e economistas brasileiros, no seminário "Alternativas de Reconstrução Econômica Mundial", promovido pela empresa RCCA Desenvolvimento Empresarial.

Bailey, Dornbusch e Smolenski entendem que a tese da capitalização dos juros da dívida externa brasileira não é factível, pois os bancos, certamente, irão rejeitá-la.

Smolenski e Bailey acreditam que a solução, necessariamente, passa pela ampliação dos prazos de pagamento do principal e dos juros devidos por países como Brasil, México e Argentina. Dornbusch acha essa tese "interessante", mas mostra-se mais pessimista: a saída concre-

ta, que ele acredita que até mesmo inevitável, será por um procedimento semelhante ao adotado pelo Brasil na década de 30, "quando o País deu um 'calote' parcial de sua dívida".

Mais conservadores, Bailey e Smolenski acham que é viável uma renegociação ampla dos prazos, acima de dez anos, pois, como diz Smolenski, "não é possível continuar-se empurrando o problema com a barriga e fazendo uma renegociação a cada dois anos, pois isso cria um clima de incertezas quase permanente e cria instabilidade política nos países devedores".

Bailey entende que "falta uma maior colaboração do FMI e uma melhor integração entre esse organismo e o Banco Mundial". Acrescenta: "A função do FMI é estabilizar em três anos as economias dos países devedores com o objetivo de criar situações de liquidez, para que estes tenham condições de pagar as suas dívidas. O que o diferencia do Banco Mundial é que seus programas têm uma visão de curto prazo, três anos no máximo."

"Já o Banco Mundial trabalha com uma visão mais estrutural, de prazo mais amplo, não analisando a economia de um devedor como o Brasil em função, apenas, de sua crise de liquidez, que é momentânea. Eu considero um escândalo essa falta de interação entre os organismos internacionais", acrescenta.

Bailey, Dornbusch e Smolenski acham que o governo brasileiro deve promover uma renegociação com os credores de forma a obter garantias para o retorno ao crescimento econômico. Caso contrário, observam, as dificuldades aumentarão em 1985.